

As relações Brasil-Estados Unidos: do pan-americanismo ao pós-americanismo

Brazil-United States relationship: from the pan-Americanism to the post-Americanism

THIAGO GEHRE GALVÃO

Meridiano 47 n. 101, dez. 2008 [p. 13 a 16]

No instante em que a vitória de Barack Obama foi confirmada o mundo respirou fundo e se perguntou o que esperar do novo mandatário dos Estados Unidos (EUA). A resposta vem em forma de uma política externa que mescla características estruturantes herdadas dos outros governos e novas concepções de mundo. Não sabemos como as relações internacionais dos EUA serão a partir de 2009, mas não há dúvida que a política externa proposta por Obama não será tão diferente daquela imaginada por MacCain. Isto porque a inserção internacional do país respeita um quadro dual composto de idéias e constrangimentos que auxiliam na montagem de sua grande estratégia de política exterior e que, portanto, neutralizam as tão exaltadas plataformas político-partidárias.

A apreciação dessas forças profundas traz luz às prováveis semelhanças da atuação internacional dos dois candidatos, à continuidade do projeto imperial norte-americano, à forma como o novo governo democrata vai se comportar externamente e aos espaços de manobra disponíveis a países periféricos como Brasil para atuar nas cenas regional e global. Como conseqüência, sugere-se que a figura de Obama ao mesmo tempo em que vislumbrou recriar o mito da ilusão americana, não carrega os atributos materiais e imateriais necessários para tanto, tornando tal projeto insustentável no tempo e evidenciando uma nova idéia-força a ser seguida pela chancelaria brasileira, o *pós-americanismo*.

Em primeiro lugar, a unissonância política de democratas e republicanos assevera os limites da

intocável herança democrática. No mundo político norte-americano burros e elefantes são criaturas muito semelhantes. Durante o processo eleitoral houve a preocupação de ambos os candidatos em buscar uma diferenciação em termos de plataforma política e de imagem diante dos eleitores. A preocupação de ser diferente trilhou os caminhos da construção iconoclástica da cultura pop e da reafirmação tradicionalista de idéias como patriotismo e nacionalismo. O glamour e o ímpeto na imagem de Obama o colocam como um quase super-herói capaz de solucionar todos os problemas da nação. A experiência e a força de MacCain o ligam ao herói de guerra do Vietnã preparado para liderar o país nas duras batalhas do momento histórico atual. Logo, a invenção de simbologias identitárias é necessária em um país homogeneizado pela ideologia liberal e pelo modo de produção capitalista.

Em segundo lugar, a falência do liberalismo colocou o país em um estado sistemático de crises. Os colapsos financeiro e imobiliário de 2007-2008 foram um duro golpe que acabou por favorecer Obama na reta final das eleições. Nesse sentido, a eleição de Obama foi um referendo contra as políticas econômicas desastrosas da gestão anterior e a esperança que um novo *New Deal* possa resgatar o crescimento econômico do país, como nos anos 1930. De qualquer forma, os dramas econômicos e políticos convergiram no momento da eleição de 2008 e auxiliaram no processo de mudança política, mas não cessarão até que novos modelos sejam

pensados e implementados. O desespero daqueles afetados com a quebra dos mercados financeiro e imobiliário e o sofrimento da porção média da população com as falhas do sistema de educação, saúde e habitação permanecerão assombrando o cenário sócio-econômico dos EUA.

Em terceiro, o dilema étnico-racial é uma constante de desequilíbrio de impérios transnacionais. A imagem internacional dos EUA permanece manchada pela intolerância ao imigrante de diferentes origens e pelo racismo contra o elemento não caucasiano. A imigração continua sendo um albatroz em franco avanço para a nova administração democrata que não deixará de ter o México como vizinho ou a globalização como força impulsionadora do fluxo de pessoas. Ademais, a pós-racialidade de Obama não o isenta de ter de enfrentar a possível fragmentação étnica já em curso no país com a conformação de guetos e a crescente importância de comunidades latinas e asiáticas.

Em quarto, os limites da democracia imperial exacerbam as forças da desigualdade e da injustiça social. A historicidade do pleito de 4 de novembro de 2008 marca a eleição de um candidato negro em um país de elite branca, que foi escolhido para governar em favor desta elite e blindado para suportar as práticas identitárias republicanas que exploraram sistematicamente o ressentimento racial branco. As preocupações com o funcionamento do modelo democrático evidenciaram-se como irrelevantes: a) a correlação entre capitalismo e democracia fez com que o poder financeiro fosse um fator decisivo neste processo eleitoral, como tem sido tradicional da história política norte-americana; b) o descaso com o eleitor (longas filas e espera interminável) demonstrou o maniqueísmo por trás do processo eleitoral. c) as crescentes insatisfações com o modelo de eleição indireta vêm despertando a consciência que o poder não está nas mãos do indivíduo; d) muitas das expectativas geradas pelos norte-americanos com relação ao governo de Obama também são compartilhadas por pessoas em diferentes partes do mundo. Obviamente ao estrangeiro não cabe direito a voto, apesar de grande parte das decisões

democráticas e soberanas do império afetarem os destinos de outros povos e nações.

Em quinto, alguns problemas estratégicos constituem uma teia de fatos responsáveis por subsidiar a manufatura da política externa norte-americana. Dentre eles podemos citar os gargalos comerciais e financeiros, o choque cultural e o antiamericanismo, o sucesso de modelos sociais alternativos como o bolivarianismo, o terrorismo internacional, a guerra cibernética, a escassez de alimentos, recursos naturais e energéticos. Todos eles moldarão de alguma forma as relações internacionais dos EUA e afetarão suas decisões no que toca a continuação armada no Oriente Médio, o controle sobre a Ásia Central, a corrida espacial e energética com os chineses, a tentativa de domínio informal sobre a Amazônia e a militarização da América do Sul.

Uma grande ilusão perfila a chegada do libertador Obama, líder promotor e arauto da mudança. O novo ciclo democrata confia nos desígnios de um líder jovem, intelectualizado, protestante, negro, havaiano e descendente de muçulmanos, perfil que credencia Obama a reconstruir a sociedade americana e a conduzir de forma mais ecumênica a política exterior de seu país. O futuro aponta para um líder que resolverá os grandes problemas enfrentados por seu povo e pela humanidade. As questões do meio ambiente serão passíveis de maior comprometimento, a crise econômica e financeira será superada por uma política consistente de crescimento, a escassez de recursos será contornada pelos avanços tecnológicos e a paz e estabilidade reinarão nas relações internacionais.

Não obstante, o futuro não existe sem o passado e é nele que encontramos algum subsídio para guiar nossos pensamentos e ações. Nesse sentido, as relações dos Estados Unidos com a América Latina e as relações bilaterais com o Brasil precisam ser reavaliadas a partir da memória que os une. Apesar de manter-se sobre um patamar diferenciado daquele dispensado aos vizinhos sul-americanos, isso nunca significou facilidades e preferências de tratamento político e econômico. Ao contrário, relações indigestas levaram o Brasil a trabalhar muito mediante sua diplomacia para manter sua importância estratégica e

resguardar uma autonomia relativa diante do Gigante do Norte.

Coube à intelectualidade e ao pensamento diplomático a missão de consubstanciar anseios da sociedade brasileira nos interesses nacionais do país. Em 1893 Eduardo Prado criticara ferozmente o imperialismo norte-americano: "Tratados de Comércio! Essa é a grande ambição norte-americana". Em 1899 Oliveira Lima, diplomata brasileiro, alardeara o espírito imperialista e a política do *big stick* de Theodore Roosevelt: "A Doutrina Monroe somente veda a conquista na América aos europeus, não a veda aos norte-americanos". Em 1907 Rui Barbosa denunciara a política discriminatória dos EUA de criar um Tribunal Permanente de Arbitragem sem representantes do Brasil e da América do Sul. Em 1908 o Barão do Rio Branco despertara para a realidade: "não somos amigos incondicionais, não podemos fazer sacrifícios de nossa dignidade, nem ser solidários com desacertos de representantes americanos".

A aliança não-escrita adquire traços formais durante os tempos de guerra nos quais a importância estratégica do Brasil foi reconhecida. Contudo, na medida em que o conflito se resolvia longe da América do Sul, o Brasil perdia sua relevância. Osvaldo Aranha, representante do Brasil na ONU em 1947, pautado na rigidez das alianças que marcava o início da Guerra Fria aconselhara: "*nossa solidariedade não pode ser nunca uma servidão*". Nesse sentido, o novo momento nas relações entre os dois países alternaria entre o alinhamento automático e o distanciamento pragmático. O pan-americanismo, outrora foco da inserção internacional, perdera atratividade e gradativamente cedeu lugar a concepções mais universalistas de política exterior.

Obama se comportou ao longo da campanha como um candidato pós-partidário que estaria acima dos imbróglios tradicionais entre republicanos e democratas e exaltou um discurso pós-racial, que evitava a associação com as minorias negras. Além disso, se prepara para orquestrar a nova política externa imperial no nascer de um mundo pós-americano. A perspectiva de Obama ser um líder desconectado das tradicionais categorias etnia, povo, território e país, o transforma no mandatário

perfeito de um império sem fronteiras físicas ou limitações identitárias. Na verdade, a identidade de um mundo pós-americano é tal que o próprio mundo torne-se algo em termos de valores, idéias e práticas semelhantes aos que definiram os Estados Unidos nos últimos dois séculos.

Não obstante, no horizonte da sociedade internacional a imagem de um vasto império contrasta com a emergência de pólos difusos de poder. Índia e China passam a atuar de forma mais incisiva no plano global em busca de mercados e, desesperadamente, por espaços ricos em energia para resguardar seu crescimento avassalador. Brasil e África do Sul tornam-se potências mais assertivas no plano regional, o que os qualifica a buscar influenciar os grandes arranjos institucionais como o Conselho de Segurança da ONU. A Rússia adormecida em crises e fragmentações, em um momento pós-soviético, desperta em dois tempos: adoção do capitalismo de mercado e desenho de uma estratégia energética agressiva. Juntos estes agentes têm trabalhado em uma perspectiva anti-hegemônica na formação de arranjos como BRICS, IBAS e G20. Ademais, a complexidade da agenda internacional em torno de temas como mudança climática, esgotamento das fontes energéticas, Estados falidos e Estados párias, enclaves humanitários na África e a constante luta contra a desigualdade e pelo desenvolvimento continuam marcando a natureza heterogênea e difusa das relações internacionais.

Os agentes não são condicionados pela anarquia internacional, mas pela forma como concebem o mundo anárquico em que vivem. O pós-americanismo seria, no espectro das idéias, o ponto extremo de autonomia e independência com relação ao grande vizinho do norte. Não significaria um abandono da parceria estruturante e sim uma requalificação da mesma.

É importante ressaltar que os impactos da vitória democrata serão sentidos não como ruptura mas como uma inflexão na história das relações internacionais. Paradoxalmente ao que foi alardeado durante a campanha, o eixo histórico da continuidade parece mais forte do que o da mudança no plano da política exterior de Obama. Além disso, problemas estratégicos tendem a eclipsar a nova

ilusão americana projetada para o século 21. Dentre eles, os gargalos comerciais e financeiros, o choque cultural e o antiamericanismo, o sucesso de modelos sociais alternativos, o terrorismo internacional, a guerra cibernética, a escassez de alimentos, recursos naturais e energéticos. Além disso, a própria idéia hegemônica se enfraquece em detrimento do conceito de liderança: a regionalização revigorada leva nações a buscar proeminência e preponderância sem que isso signifique domínio sobre outros. Assim, as semelhanças com o governo de Bill Clinton e as dificuldades de lidar com os problemas estratégicos são desafios que podem ofuscar o brilho acoplado à imagem de Obama.

Enfim, com a crescente incapacidade de exercer a hegemonia liberal em um mundo de constrangimentos, a nova política externa imperial tornar-se-á mais dura. A política de portas abertas (liberalismo para fora, protecionismo para dentro), as ações preemptivas e as intervenções humanitárias seguirão como práticas comuns dos EUA a partir de 2009. O nascer de um mundo pós-americano de titãs comerciais e energéticos, de potências regionais, do retorno de potências tradicionais e de indefinições sobre a segurança humana, climática e energética, desconstróem a nova ilusão americana. Dessa forma, cabe a chancelaria brasileira vislumbrar a emergência do mundo pós-americano e preparar o deslocamento do eixo preferencial de política exterior, assim como fizera o Barão do Rio Branco da Europa para os EUA no início do século 20. O primeiro passo é acolher a idéia de pos-americanismo como *road map* da política externa brasileira!

Recebido em 27/11/2008
Aprovado em 02/12/2008

Palavras-chave: Estados Unidos; História das Relações Internacionais; política externa brasileira.

Key-words: United States; History of International Relations, Brazilian Foreign Policy.

Resumo: Com o novo governo de Barack Obama a política externa dos Estados Unidos passará por readequações. Nesse sentido, busca-se visualizar a ação de forças profundas que interfiram na composição dos cálculos estratégicos dos tomadores de decisão norte-americanos. Em consequência, apresenta-se um novo momento nas relações bilaterais Brasil-Estados Unidos que apontam para a volta a uma ilusão americana. Por fim, insere-se no debate a emergência do pós-americanismo como um possível guia da política externa brasileira.

Abstract: The american foreign policy will face readaptations after the rise of the new government of Barack Obama. So this article seeks to show how some forces will interfere in the strategic calculations of american decision makers. As a result, a new moment in the bilateral relationship between Brazil and USA has arrived and should be analysed, focusing the return of the american illusion to Latin-America. Finally, one will discuss the emergence of the post-Americanism as a possible guide to the Brazilian foreign policy.

